

Entrevista com Saturnino Braga

Bruna Távora

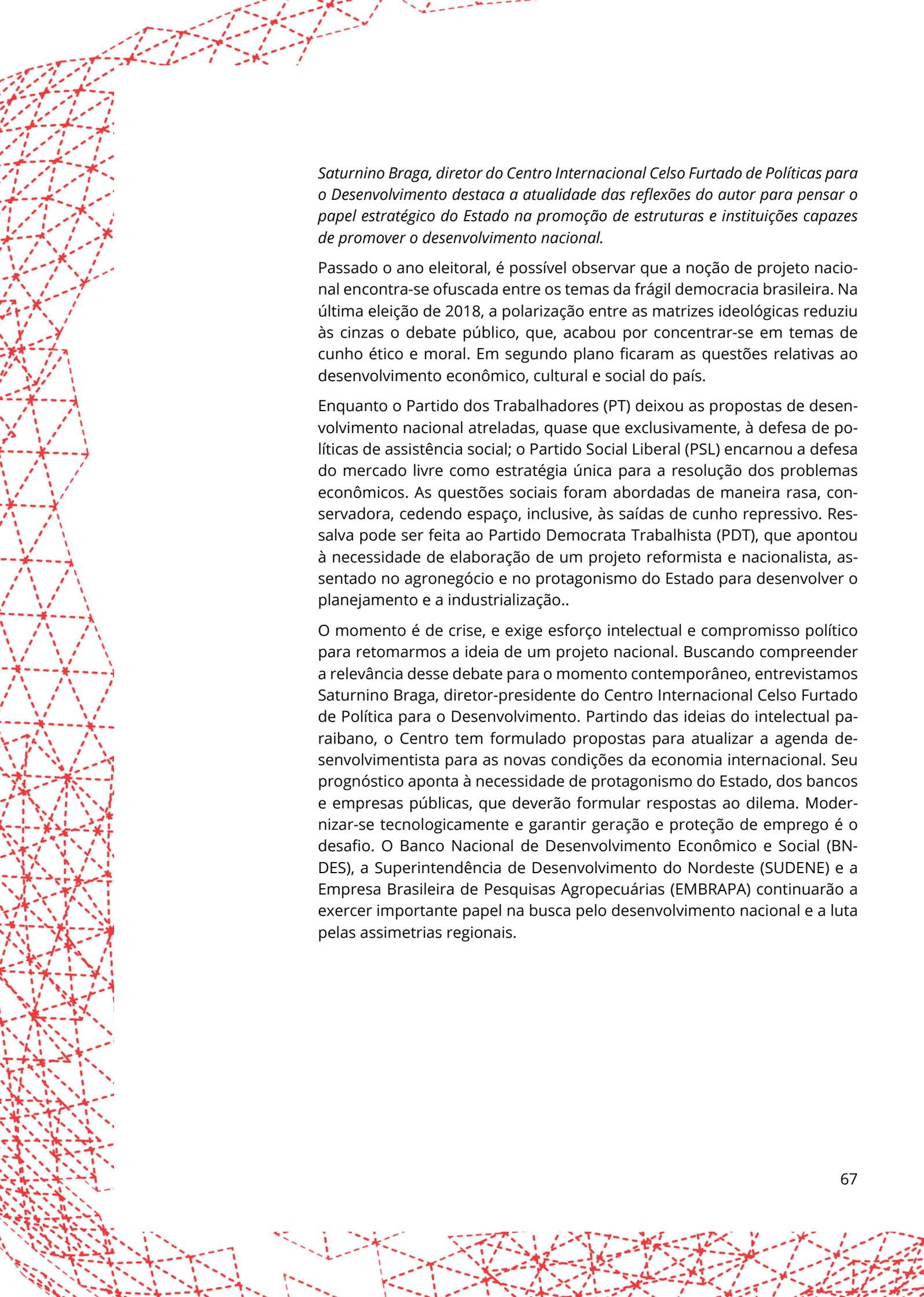
Doutoranda em Mídia e Mediações Culturais na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

E-mail: tavora.bruna@gmail.com

Felipe Batista

Doutorando em Economia Política Internacional na Escola de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

E-mail: felipe_batista032@hotmail.com



Saturnino Braga, diretor do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento destaca a atualidade das reflexões do autor para pensar o papel estratégico do Estado na promoção de estruturas e instituições capazes de promover o desenvolvimento nacional.

Passado o ano eleitoral, é possível observar que a noção de projeto nacional encontra-se ofuscada entre os temas da frágil democracia brasileira. Na última eleição de 2018, a polarização entre as matrizes ideológicas reduziu às cinzas o debate público, que, acabou por concentrar-se em temas de cunho ético e moral. Em segundo plano ficaram as questões relativas ao desenvolvimento econômico, cultural e social do país.

Enquanto o Partido dos Trabalhadores (PT) deixou as propostas de desenvolvimento nacional atreladas, quase que exclusivamente, à defesa de políticas de assistência social; o Partido Social Liberal (PSL) encarnou a defesa do mercado livre como estratégia única para a resolução dos problemas econômicos. As questões sociais foram abordadas de maneira rasa, conservadora, cedendo espaço, inclusive, às saídas de cunho repressivo. Ressalva pode ser feita ao Partido Democrata Trabalhista (PDT), que apontou à necessidade de elaboração de um projeto reformista e nacionalista, assentado no agronegócio e no protagonismo do Estado para desenvolver o planejamento e a industrialização..

O momento é de crise, e exige esforço intelectual e compromisso político para retomarmos a ideia de um projeto nacional. Buscando compreender a relevância desse debate para o momento contemporâneo, entrevistamos Saturnino Braga, diretor-presidente do Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento. Partindo das ideias do intelectual paraibano, o Centro tem formulado propostas para atualizar a agenda desenvolvimentista para as novas condições da economia internacional. Seu prognóstico aponta à necessidade de protagonismo do Estado, dos bancos e empresas públicas, que deverão formular respostas ao dilema. Modernizar-se tecnologicamente e garantir geração e proteção de emprego é o desafio. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA) continuarão a exercer importante papel na busca pelo desenvolvimento nacional e a luta pelas assimetrias regionais.

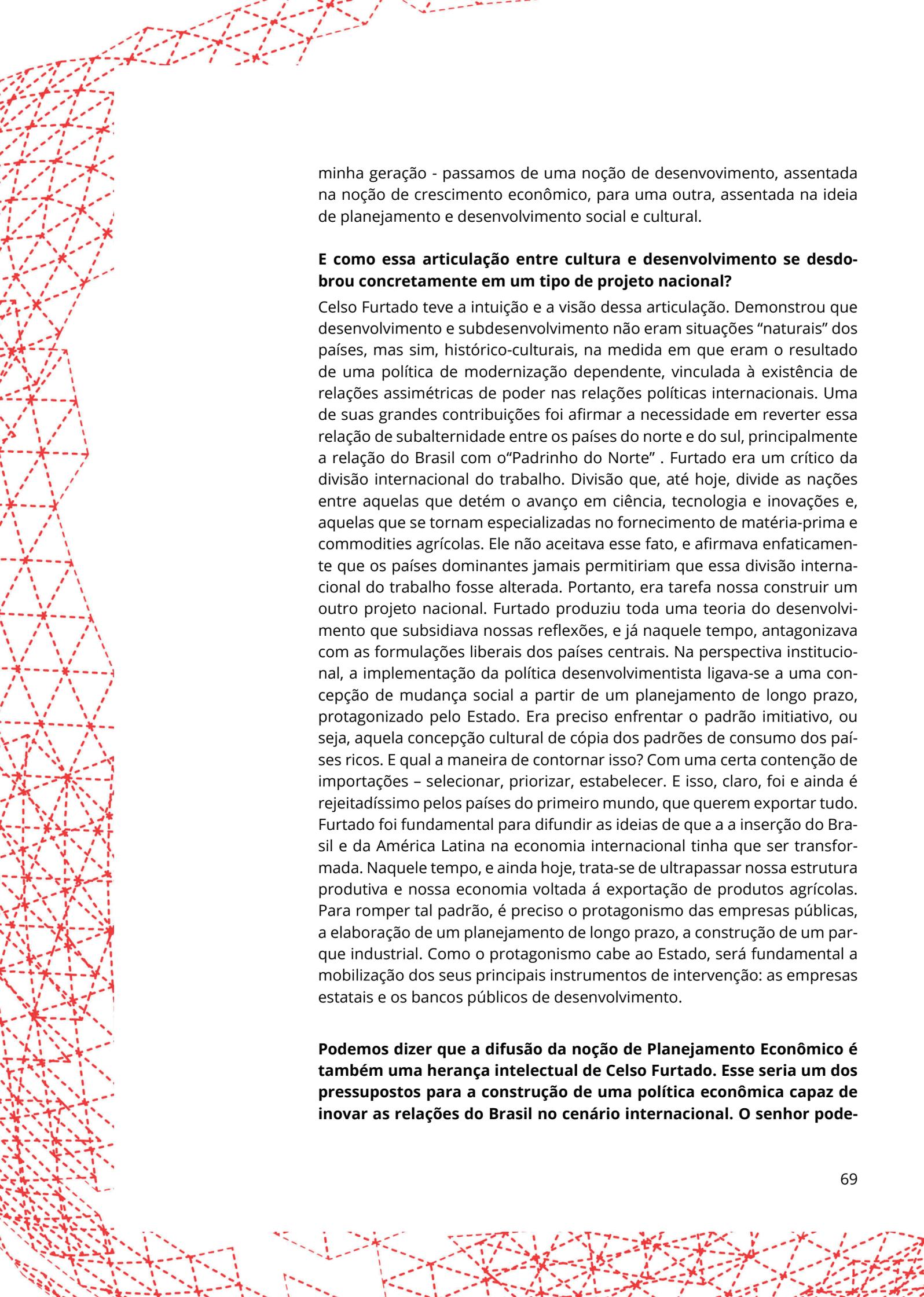


Celso Furtado foi um importante pensador das possibilidades de um projeto nacional brasileiro. Quais aspectos do legado teórico de Furtado o tornam um intelectual indispensável dos estudos sobre desenvolvimento nacional?

Furtado modificou a forma como entendíamos a noção de desenvolvimento. O primeiro sentido da concepção de desenvolvimento da nossa geração foi o de desenvolvimento econômico. A opinião predominante, inclusive a minha, era a de que a gente tinha que cuidar do econômico, e o resto viria por gravidade. No entanto, a realidade brasileira mostrou os limites desse tipo de abordagem. Na verdade, imaginávamos pensar em termos de desenvolvimento, só que ainda nos mantínhamos predominantemente ligados à ideia de crescimento econômico. A mim e a vários outros, parecia ser necessário construir uma base econômica antes de qualquer outra coisa. É na evolução de tal conceito que a influência de Furtado é fundamental. Entre nós, sempre havia a ressonância de uma frase: “a gente também precisa investir em educação”. Mas, isso ainda não estava muito claro. Celso Furtado deu um sentido mais dialético a essa concepção. Ele compreendeu que, no caso do Brasil, cuidar do social correspondia a “dar cultura à população”. Ele começou, gradativamente, a articular as noções de desenvolvimento econômico com desenvolvimento social, afirmando que não adiantava ter sucesso econômico com um povo analfabeto. Ele foi enfático ao demonstrar que os problemas mais graves do Brasil não eram, especificamente, aqueles ligados à natureza econômica, mas sim ao social, ligados às estruturas de poder. Foi assim que ele foi do econômico para o social, e, em seguida, para o cultural, sendo um precursor dessa reflexão. Em seus últimos pronunciamentos ele falava da ideia de um desenvolvimento político. Para ele, cuidar do social em um país como o Brasil, demandava criatividade e inovação institucional e, portanto, era também uma questão de cultura e de política. Ele não foi apenas um pensador da economia. Foi também um historiador, um cientista social, um intelectual. Quando o conheci, como professor, Celso Furtado já estava na Comissão Econômica para América Latina e Caribe, a CEPAL, era um dos grandes pensadores junto ao Raúl Prebisch. Sua teoria sobre o desenvolvimento econômico se contrapunha aos modelos de crescimento ortodoxo da época, em especial, as teorias de comércio internacional.

Como sua trajetória aproxima-se de Celso Furtado?

Eu passei no primeiro concurso do BNDES, ainda no final dos anos 50, que era presidido pelo Roberto Campos. O Roberto Campos dessa época era um desenvolvimentista. O banco ainda era pequeno, tinha uma centena de funcionários: engenheiros, economistas, advogados. Mas, nós já tínhamos noção da importância daquele banco para a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento nacional para o Brasil. Ainda no BNDES, Roberto Campos me instruiu a fazer um curso da CEPAL. Ali, eu fui aluno de Celso Furtado. Foi a partir deste contato com Furtado na CEPAL que eu – e também a



minha geração - passamos de uma noção de desenvolvimento, assentada na noção de crescimento econômico, para uma outra, assentada na ideia de planejamento e desenvolvimento social e cultural.

E como essa articulação entre cultura e desenvolvimento se desdobrou concretamente em um tipo de projeto nacional?

Celso Furtado teve a intuição e a visão dessa articulação. Demonstrou que desenvolvimento e subdesenvolvimento não eram situações “naturais” dos países, mas sim, histórico-culturais, na medida em que eram o resultado de uma política de modernização dependente, vinculada à existência de relações assimétricas de poder nas relações políticas internacionais. Uma de suas grandes contribuições foi afirmar a necessidade em reverter essa relação de subalternidade entre os países do norte e do sul, principalmente a relação do Brasil com o “Padrinho do Norte”. Furtado era um crítico da divisão internacional do trabalho. Divisão que, até hoje, divide as nações entre aquelas que detém o avanço em ciência, tecnologia e inovações e, aquelas que se tornam especializadas no fornecimento de matéria-prima e commodities agrícolas. Ele não aceitava esse fato, e afirmava enfaticamente que os países dominantes jamais permitiriam que essa divisão internacional do trabalho fosse alterada. Portanto, era tarefa nossa construir um outro projeto nacional. Furtado produziu toda uma teoria do desenvolvimento que subsidiava nossas reflexões, e já naquele tempo, antagonizava com as formulações liberais dos países centrais. Na perspectiva institucional, a implementação da política desenvolvimentista ligava-se a uma concepção de mudança social a partir de um planejamento de longo prazo, protagonizado pelo Estado. Era preciso enfrentar o padrão imitativo, ou seja, aquela concepção cultural de cópia dos padrões de consumo dos países ricos. E qual a maneira de contornar isso? Com uma certa contenção de importações – selecionar, priorizar, estabelecer. E isso, claro, foi e ainda é rejeitadíssimo pelos países do primeiro mundo, que querem exportar tudo. Furtado foi fundamental para difundir as ideias de que a inserção do Brasil e da América Latina na economia internacional tinha que ser transformada. Naquele tempo, e ainda hoje, trata-se de ultrapassar nossa estrutura produtiva e nossa economia voltada à exportação de produtos agrícolas. Para romper tal padrão, é preciso o protagonismo das empresas públicas, a elaboração de um planejamento de longo prazo, a construção de um parque industrial. Como o protagonismo cabe ao Estado, será fundamental a mobilização dos seus principais instrumentos de intervenção: as empresas estatais e os bancos públicos de desenvolvimento.

Podemos dizer que a difusão da noção de Planejamento Econômico é também uma herança intelectual de Celso Furtado. Esse seria um dos pressupostos para a construção de uma política econômica capaz de inovar as relações do Brasil no cenário internacional. O senhor pode-

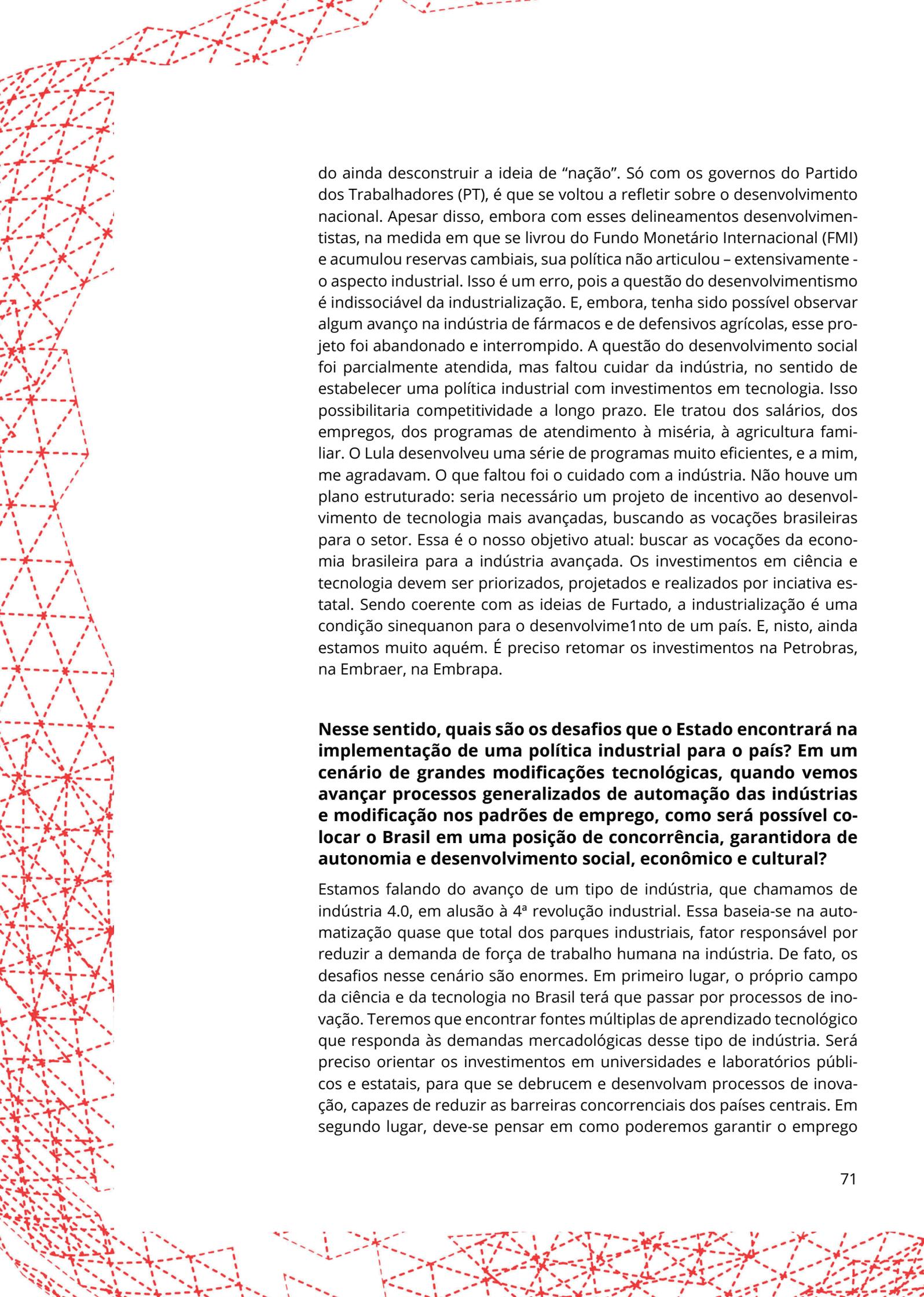


ria comentar os principais desafios que estavam colocados na implementação desse tipo de concepção política?

Desde os anos 50, formulávamos caminhos em busca de um projeto de desenvolvimento de longo prazo. E, para ele, somente através do planejamento – que é uma questão política – alcançaríamos esse tipo de desenvolvimento. Estávamos empenhados em construí-lo. (Algo que o golpe civil-militar de 1964 interrompeu, e não por acaso). Furtado foi responsável por difundir essa noção aqui no Brasil e, em toda a América Latina. No período que antecedeu as ditaduras militares no continente, essa concepção ganhou muita força. Vimos um primeiro esboço de uma noção de planejamento no governo de Juscelino Kubitschek, com a criação da Superintendência Nacional do Nordeste (SUDENE). Isto possibilitou ao Celso Furtado colocar em prática a noção de planejamento e desenvolvimento com ênfase nas regiões mais pauperizadas do país. No período dos “50 anos em 5”, conseguimos alguns resultados, como a implantação de um primeiro patamar na estrutura industrial brasileira. Foi época de satisfação geral, embora o próprio presidente não tivesse grande preocupação com a distribuição de renda, e fazia grandes concessões ao capital e ao mercado. Era um mágico da conciliação! E, na sua gestão, atuou fazendo “um meio compromisso aqui e um meio compromisso ali”. Portanto, apesar disso, o que vivenciamos foi um crescimento econômico, que, ainda que se esparramasse à população em geral, foi marcado pelo aumento da concentração de renda. Contraditoriamente, foi este o momento em que Celso Furtado teve importante papel na operação de políticas de planejamento. Depois vieram os episódios de Jânio, Jango, e o golpe de 1964. Aí já ficou um pouco mais difícil. O radicalismo estava em evidência e as medidas desenvolvimentistas do campo progressista eram entendidas como reflexos da influência comunista cubana. Por isso, passaram a ser rejeitadas pelo poder econômico do capital internacional e pela elite brasileira a ele ligada. Isso deixou explícitas as diferenças entre a dualidade dos projetos político-econômicos que, historicamente, disputam a direção do Estado no país. Nessa época, a polarização estava evidente. O clima de choque e de tensão era paralisante. Criou-se uma animosidade. Hoje a gente percebe o ódio enrustido em grande parte da população. Ali, em um curto período, esse ódio e medo foram muito fortes e inviabilizaram a implementação do nacional-desenvolvimentismo. As reflexões em torno do planejamento e do desenvolvimento que figuraram no pensamento de Celso Furtado expressam a visão econômica de um projeto nacional e progressista que, desde seu surgimento e até hoje, enfrenta intensa polarização.

E após o processo de reabertura democrática? Como o senhor observa a influência das ideias de Celso Furtado na gestão das políticas de Estado?

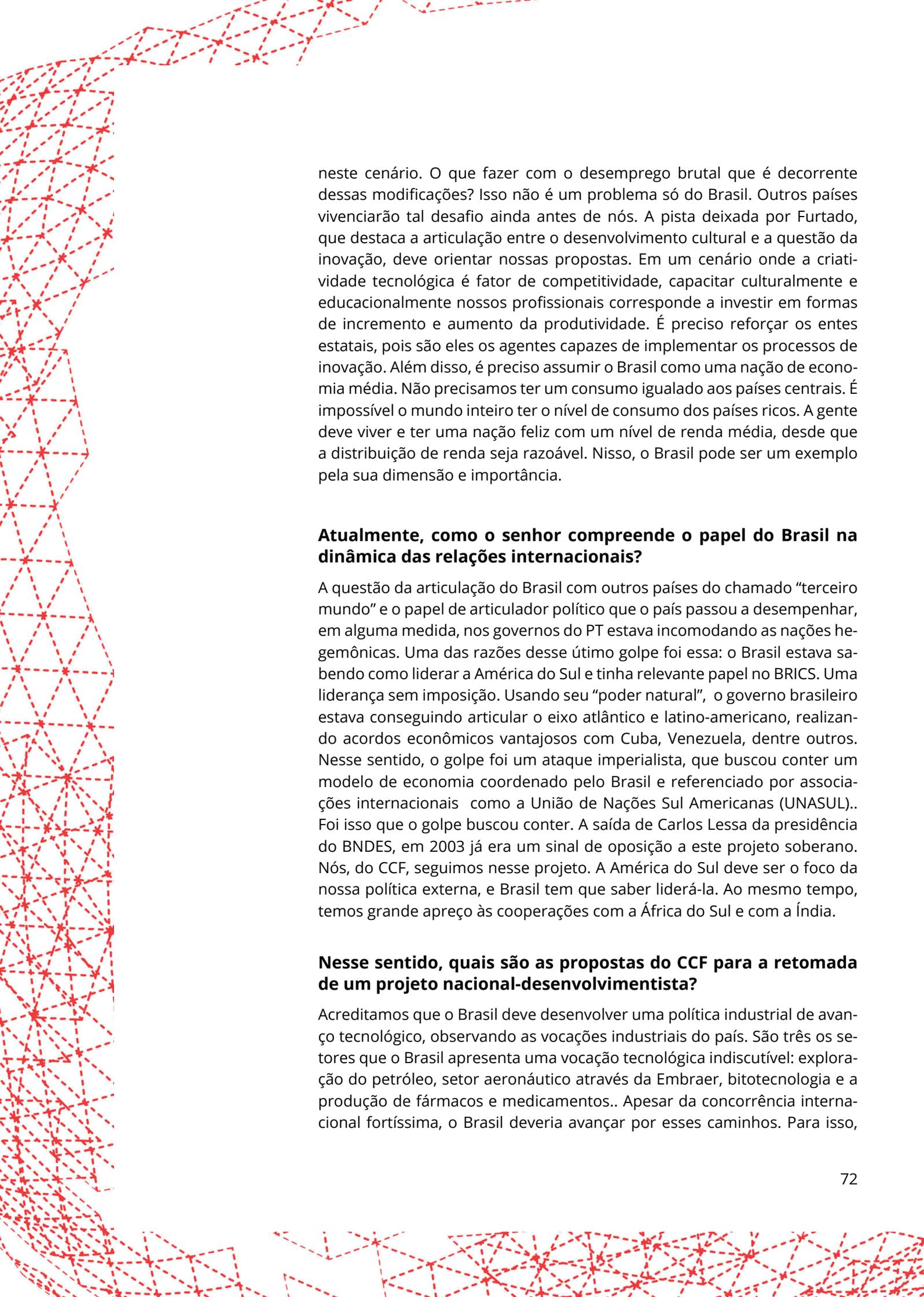
Os anos 90 foram marcados por um tipo de “cosmopolitismo liberal” que operou a privatização de diversas empresas públicas brasileiras, buscan-



do ainda desconstruir a ideia de “nação”. Só com os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), é que se voltou a refletir sobre o desenvolvimento nacional. Apesar disso, embora com esses delineamentos desenvolvimentistas, na medida em que se livrou do Fundo Monetário Internacional (FMI) e acumulou reservas cambiais, sua política não articulou – extensivamente – o aspecto industrial. Isso é um erro, pois a questão do desenvolvimentismo é indissociável da industrialização. E, embora, tenha sido possível observar algum avanço na indústria de fármacos e de defensivos agrícolas, esse projeto foi abandonado e interrompido. A questão do desenvolvimento social foi parcialmente atendida, mas faltou cuidar da indústria, no sentido de estabelecer uma política industrial com investimentos em tecnologia. Isso possibilitaria competitividade a longo prazo. Ele tratou dos salários, dos empregos, dos programas de atendimento à miséria, à agricultura familiar. O Lula desenvolveu uma série de programas muito eficientes, e a mim, me agradavam. O que faltou foi o cuidado com a indústria. Não houve um plano estruturado: seria necessário um projeto de incentivo ao desenvolvimento de tecnologia mais avançadas, buscando as vocações brasileiras para o setor. Essa é o nosso objetivo atual: buscar as vocações da economia brasileira para a indústria avançada. Os investimentos em ciência e tecnologia devem ser priorizados, projetados e realizados por iniciativa estatal. Sendo coerente com as ideias de Furtado, a industrialização é uma condição sinequanon para o desenvolvimento de um país. E, nisto, ainda estamos muito aquém. É preciso retomar os investimentos na Petrobras, na Embrapa, na Embrapa.

Nesse sentido, quais são os desafios que o Estado encontrará na implementação de uma política industrial para o país? Em um cenário de grandes modificações tecnológicas, quando vemos avançar processos generalizados de automação das indústrias e modificação nos padrões de emprego, como será possível colocar o Brasil em uma posição de concorrência, garantidora de autonomia e desenvolvimento social, econômico e cultural?

Estamos falando do avanço de um tipo de indústria, que chamamos de indústria 4.0, em alusão à 4ª revolução industrial. Essa baseia-se na automatização quase que total dos parques industriais, fator responsável por reduzir a demanda de força de trabalho humana na indústria. De fato, os desafios nesse cenário são enormes. Em primeiro lugar, o próprio campo da ciência e da tecnologia no Brasil terá que passar por processos de inovação. Teremos que encontrar fontes múltiplas de aprendizado tecnológico que responda às demandas mercadológicas desse tipo de indústria. Será preciso orientar os investimentos em universidades e laboratórios públicos e estatais, para que se debrucem e desenvolvam processos de inovação, capazes de reduzir as barreiras concorrenciais dos países centrais. Em segundo lugar, deve-se pensar em como poderemos garantir o emprego



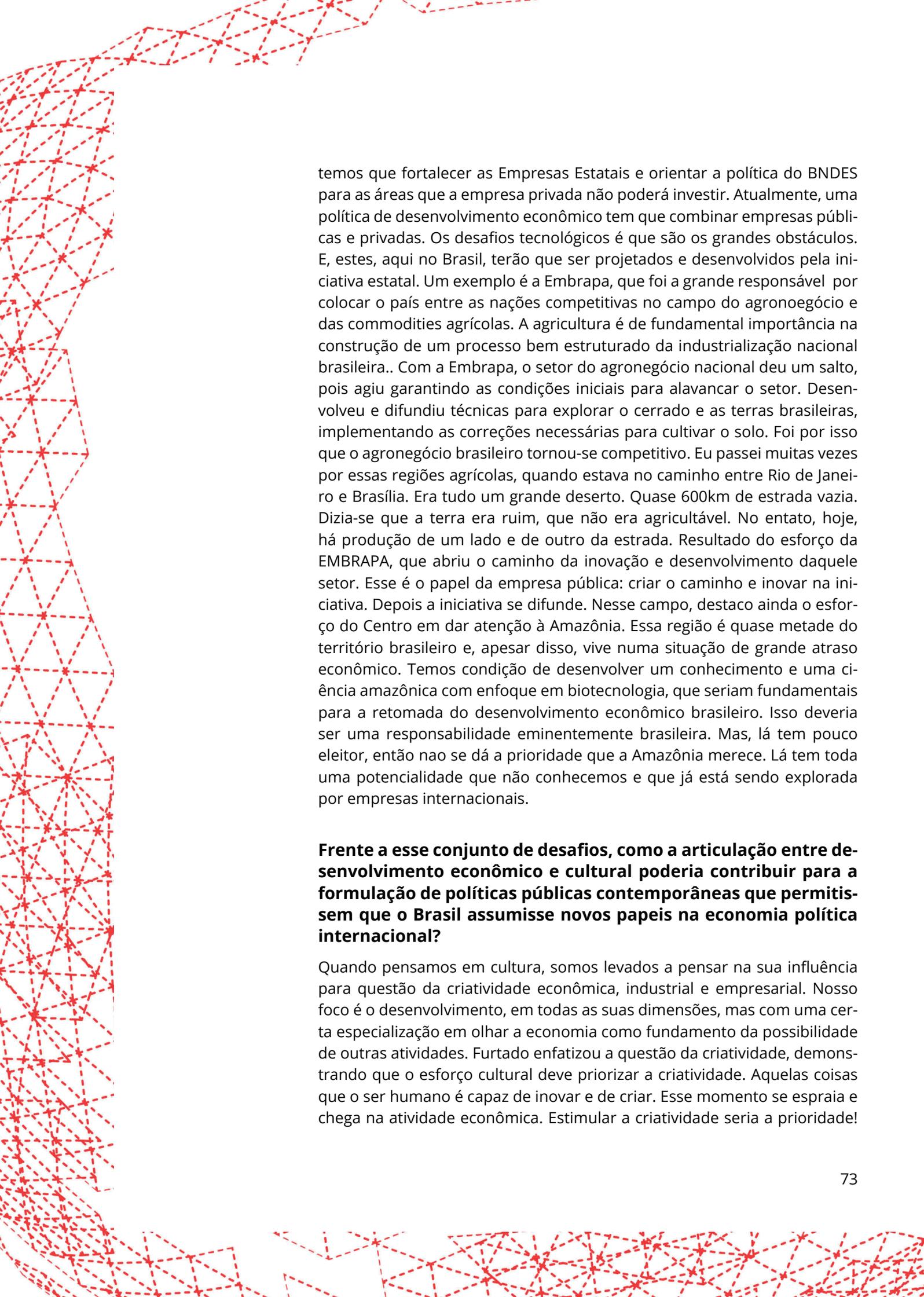
neste cenário. O que fazer com o desemprego brutal que é decorrente dessas modificações? Isso não é um problema só do Brasil. Outros países vivenciarão tal desafio ainda antes de nós. A pista deixada por Furtado, que destaca a articulação entre o desenvolvimento cultural e a questão da inovação, deve orientar nossas propostas. Em um cenário onde a criatividade tecnológica é fator de competitividade, capacitar culturalmente e educacionalmente nossos profissionais corresponde a investir em formas de incremento e aumento da produtividade. É preciso reforçar os entes estatais, pois são eles os agentes capazes de implementar os processos de inovação. Além disso, é preciso assumir o Brasil como uma nação de economia média. Não precisamos ter um consumo igualado aos países centrais. É impossível o mundo inteiro ter o nível de consumo dos países ricos. A gente deve viver e ter uma nação feliz com um nível de renda média, desde que a distribuição de renda seja razoável. Nisso, o Brasil pode ser um exemplo pela sua dimensão e importância.

Atualmente, como o senhor compreende o papel do Brasil na dinâmica das relações internacionais?

A questão da articulação do Brasil com outros países do chamado “terceiro mundo” e o papel de articulador político que o país passou a desempenhar, em alguma medida, nos governos do PT estava incomodando as nações hegemônicas. Uma das razões desse último golpe foi essa: o Brasil estava sabendo como liderar a América do Sul e tinha relevante papel no BRICS. Uma liderança sem imposição. Usando seu “poder natural”, o governo brasileiro estava conseguindo articular o eixo atlântico e latino-americano, realizando acordos econômicos vantajosos com Cuba, Venezuela, dentre outros. Nesse sentido, o golpe foi um ataque imperialista, que buscou conter um modelo de economia coordenado pelo Brasil e referenciado por associações internacionais como a União de Nações Sul Americanas (UNASUL).. Foi isso que o golpe buscou conter. A saída de Carlos Lessa da presidência do BNDES, em 2003 já era um sinal de oposição a este projeto soberano. Nós, do CCF, seguimos nesse projeto. A América do Sul deve ser o foco da nossa política externa, e Brasil tem que saber liderá-la. Ao mesmo tempo, temos grande apreço às cooperações com a África do Sul e com a Índia.

Nesse sentido, quais são as propostas do CCF para a retomada de um projeto nacional-desenvolvimentista?

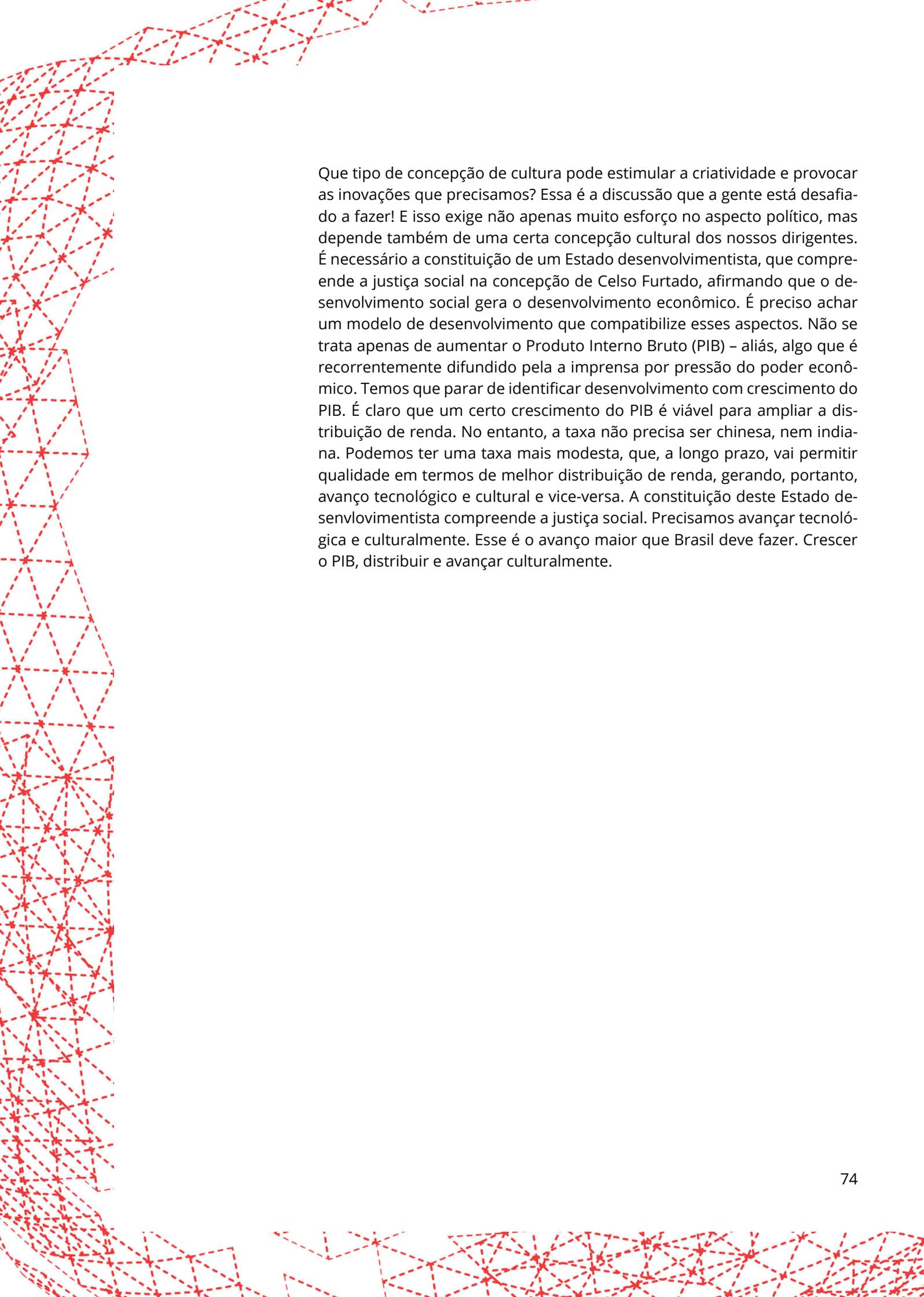
Acreditamos que o Brasil deve desenvolver uma política industrial de avanço tecnológico, observando as vocações industriais do país. São três os setores que o Brasil apresenta uma vocação tecnológica indiscutível: exploração do petróleo, setor aeronáutico através da Embraer, bitotecnologia e a produção de fármacos e medicamentos.. Apesar da concorrência internacional fortíssima, o Brasil deveria avançar por esses caminhos. Para isso,



temos que fortalecer as Empresas Estatais e orientar a política do BNDES para as áreas que a empresa privada não poderá investir. Atualmente, uma política de desenvolvimento econômico tem que combinar empresas públicas e privadas. Os desafios tecnológicos é que são os grandes obstáculos. E, estes, aqui no Brasil, terão que ser projetados e desenvolvidos pela iniciativa estatal. Um exemplo é a Embrapa, que foi a grande responsável por colocar o país entre as nações competitivas no campo do agronegócio e das commodities agrícolas. A agricultura é de fundamental importância na construção de um processo bem estruturado da industrialização nacional brasileira.. Com a Embrapa, o setor do agronegócio nacional deu um salto, pois agiu garantindo as condições iniciais para alavancar o setor. Desenvolveu e difundiu técnicas para explorar o cerrado e as terras brasileiras, implementando as correções necessárias para cultivar o solo. Foi por isso que o agronegócio brasileiro tornou-se competitivo. Eu passei muitas vezes por essas regiões agrícolas, quando estava no caminho entre Rio de Janeiro e Brasília. Era tudo um grande deserto. Quase 600km de estrada vazia. Dizia-se que a terra era ruim, que não era agricultável. No entanto, hoje, há produção de um lado e de outro da estrada. Resultado do esforço da EMBRAPA, que abriu o caminho da inovação e desenvolvimento daquele setor. Esse é o papel da empresa pública: criar o caminho e inovar na iniciativa. Depois a iniciativa se difunde. Nesse campo, destaco ainda o esforço do Centro em dar atenção à Amazônia. Essa região é quase metade do território brasileiro e, apesar disso, vive numa situação de grande atraso econômico. Temos condição de desenvolver um conhecimento e uma ciência amazônica com enfoque em biotecnologia, que seriam fundamentais para a retomada do desenvolvimento econômico brasileiro. Isso deveria ser uma responsabilidade eminentemente brasileira. Mas, lá tem pouco eleitor, então não se dá a prioridade que a Amazônia merece. Lá tem toda uma potencialidade que não conhecemos e que já está sendo explorada por empresas internacionais.

Frente a esse conjunto de desafios, como a articulação entre desenvolvimento econômico e cultural poderia contribuir para a formulação de políticas públicas contemporâneas que permitissem que o Brasil assumisse novos papéis na economia política internacional?

Quando pensamos em cultura, somos levados a pensar na sua influência para questão da criatividade econômica, industrial e empresarial. Nosso foco é o desenvolvimento, em todas as suas dimensões, mas com uma certa especialização em olhar a economia como fundamento da possibilidade de outras atividades. Furtado enfatizou a questão da criatividade, demonstrando que o esforço cultural deve priorizar a criatividade. Aquelas coisas que o ser humano é capaz de inovar e de criar. Esse momento se espalha e chega na atividade econômica. Estimular a criatividade seria a prioridade!



Que tipo de concepção de cultura pode estimular a criatividade e provocar as inovações que precisamos? Essa é a discussão que a gente está desafiado a fazer! E isso exige não apenas muito esforço no aspecto político, mas depende também de uma certa concepção cultural dos nossos dirigentes. É necessário a constituição de um Estado desenvolvimentista, que compreende a justiça social na concepção de Celso Furtado, afirmando que o desenvolvimento social gera o desenvolvimento econômico. É preciso achar um modelo de desenvolvimento que compatibilize esses aspectos. Não se trata apenas de aumentar o Produto Interno Bruto (PIB) – aliás, algo que é recorrentemente difundido pela imprensa por pressão do poder econômico. Temos que parar de identificar desenvolvimento com crescimento do PIB. É claro que um certo crescimento do PIB é viável para ampliar a distribuição de renda. No entanto, a taxa não precisa ser chinesa, nem indiana. Podemos ter uma taxa mais modesta, que, a longo prazo, vai permitir qualidade em termos de melhor distribuição de renda, gerando, portanto, avanço tecnológico e cultural e vice-versa. A constituição deste Estado desenvolvimentista compreende a justiça social. Precisamos avançar tecnológica e culturalmente. Esse é o avanço maior que Brasil deve fazer. Crescer o PIB, distribuir e avançar culturalmente.